

SUMÁRIO

Capítulo 1

NORMAS CONSTITUCIONAIS COM RELEVÂNCIA PARA O PROCESSO CIVIL 29

- 1.1 O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana 29
- 1.2 O Direito Fundamental à Tutela Jurisdicional como Subprincípio Concretizador da Dignidade da Pessoa Humana 40
- 1.3 Princípio da Razoável Duração do Processo 43
- 1.4 O Direito Fundamental ao Devido Processo Legal 47
- 1.5 O Direito Fundamental à Igualdade entre as Partes 50
- 1.6 O Direito Fundamental ao Juiz Natural 51
- 1.7 Princípio da Imparcialidade 52
- 1.8 Princípio do Promotor Natural 52
- 1.9 O Direito Fundamental ao Contraditório e da Ampla Defesa .. 52
- 1.10 O Direito Fundamental à Publicidade 54
- 1.11 O Direito Fundamental à Motivação das Decisões 55
- 1.12 O Direito Fundamental à Inadmissibilidade da Prova Ilícita.. 55
- 1.13 O Direito Fundamental ao Duplo Grau de Jurisdição 55
- 1.14 Princípio da Assistência Jurídica Integral e Gratuita..... 56
- 1.15 O Direito Fundamental ao Processo Justo 56

Capítulo 2

PRINCÍPIOS INFRACONSTITUCIONAIS DO PROCESSO CIVIL 65

- 2.1 Princípio da Simetria Constitucional 65
- 2.2 Princípio da Inércia e do Impulso Oficial..... 65
- 2.3 Princípio da Inafastabilidade do Poder Jurisdicional..... 65

2.3.1 Princípio da Promoção pelo Estado da Solução por Autocomposição	65
2.4 Princípio da razoabilidade da prestação jurisdicional, princípio da primazia do julgamento de mérito e princípio da efetividade	66
2.5 Princípio da Boa-Fé	66
2.6 Princípio da Cooperação.....	68
2.7 Princípio da Igualdade Processual e dever do Juiz de zelar pelo efetivo contraditório	69
2.8 Princípio da Função Social, Dignidade da Pessoa Humana e outros	69
2.9 Princípio do Contraditório Participativo.....	69
2.10 Princípio da Vedação das Decisões Surpresa	70
2.11 Princípio da Publicidade e da Fundamentação das decisões Judiciais	70
2.12 Princípio da Persuasão Racional.....	70
Capítulo 3	
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	73
3.1 Introdução.....	73
Capítulo 4	
AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	77
4.1 Do Pagamento Indireto	77
4.2 Conceito de Pagamento em Consignação.....	77
4.3 Objeto da Consignação	80
4.4 Hipóteses e Pressupostos de Pagamento em Consignação	82
4.5 Levantamento do Depósito	89
4.6 Efeitos do Pagamento de Obrigação Litigiosa	92

4.7 Tutela Jurisdicional.....	92
4.7.1 Introdução.....	92
4.7.2 Procedimentos da Ação Consignatória.....	94
4.7.2.1 Fase extrajudicial.....	94
4.7.2.2 Procedimento Judicial.....	94
4.7.2.3 Dúvida sobre quem possa receber o pagamento.....	98
4.7.2.4 Resgate do Aforamento.....	98

Capítulo 5

AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....	101
5.1 Introdução.....	101
5.2 Ação de Prestação de Contas.....	102
5.3 Prestação de Contas do inventariante, do tutor, do curador, do depositário e de qualquer outro administrador	106
5.3.1 Inventariante	106
5.4 Direito transitório. Sentença de primeira fase proferida, transitada e executada na vigência do CPC/1973	107
5.5 Ação de Exigir contas. Acionista	108
5.6 Ação de prestação de contas ajuizada pelo filho em desfavor dos pais.....	109
5.7 Bens e direitos em estado de mancomunhão (entre a separação de fato e a efetiva partilha).....	111
5.8 Ação de prestação de contas. Alienação fiduciária.	112
5.9 Ação de prestação de contas. Revisão de cláusulas contratuais	113

Capítulo 6

AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	115
6.1 Proteção Possessória.....	115

6.2 Jus Possessionis e Jus Possidendi.....	116
6.3 Esbulho e Turbação	117
6.4 A Autotutela na Defesa da Posse.....	118
6.5 Interditos Possessórios.....	121
6.5.1 Diferença entre as Ações Possessórias e as Ações Petitórias	121
6.5.2 Natureza das ações possessórias.....	122
6.5.3 Exceção de Domínio.....	123
6.5.4 Princípio da Fungibilidade.....	124
6.5.5 Cumulação de Pedidos nas Ações Possessórias	128
6.5.6 Caráter Dúplice (ou Ambivalente) das Ações Possessórias	129
6.5.7 Competência para o Aforamento da Ação Possessória ...	130
6.5.8 Legitimidade (ativa e passiva) para o ajuizamento da ação possessória.....	131
6.5.8.1 <i>Legitimidade Ativa</i>	131
6.5.8.1.1 Do Possuidor Direto ou Indireto	131
6.5.8.1.2 Do compossuidor	132
6.5.8.1.3 Do Esbulhador.....	132
6.5.8.1.4 Da União	132
6.5.8.1.5 Dos Herdeiros	135
6.5.8.1.6 Do invasor de terra pública contra particulares.....	136
6.5.8.1.7 Caixa Econômica Federal no âmbito do Programa de Arrendamento Residencial (PAR). Lei N° 10.188/2001	139
6.5.8.1.8 Do arrendador nos contratos de arrendamento mercantil	140
6.5.8.2 <i>Legitimidade Passiva</i>	141

6.5.9 Fungibilidade das Ações Possessórias.....	142
6.5.10 Rito da Demanda e Liminar Possessória	144
6.5.11 Posse nova (posse de força nova) e posse velha (posse de força velha).....	144
6.5.12 Espécies de Ações Possessórias	145
6.5.12.1 Ação de reintegração de posse.....	149
6.5.12.2 Ação de manutenção de posse.....	151
6.5.12.3 Ação de interdito proibitório.....	151
6.5.13 Audiência de Justificação e Possibilidade de concessão de liminar inaudita altera par.....	153
6.5.14 Liminar initio litis contra as pessoas jurídicas de direito público	155
6.5.15 Pedido contraposto nas ações possessórias	155
6.5.16 Sentença nas Ações Possessórias	155
6.5.17 Ações Possessórias nos Juizados Especiais Cíveis.....	156
6.6 Litígio coletivo pela posse do imóvel.....	156
6.6.1 Invasão do imóvel por famílias de baixa renda. Conversão da ação de reintegração em ação indenizatória	158
6.7 Manutenção de Quem Tiver a Coisa	161
6.8 Tutela da Posse em Face de Terceiro	163

Capítulo 7

AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES

.....	165
7.1 Introdução.....	165
7.2 Disposições gerais	165
7.2.1 Principais Diferenças.....	165
7.2.2 Competência	168

7.2.3 Ações dúplices.....	168
7.2.4 Cumulação de Ações	168
7.2.5 Demarcação e divisão extrajudiciais	169
7.2.6 Georreferenciamento	170
7.3 Ação de demarcação (ação demarcatória)	170
7.3.1 Petição Inicial	170
7.3.2 Citação dos réus.....	172
7.3.3 Contestação.....	172
7.3.4 Perícia	172
7.3.5 Sentença Judicial	173
7.3.6 Execução da demarcação (passo-a-passo).....	174
7.3.7 Auto de demarcação	175
7.3.8 Sentença homologatória da demarcação.....	175
7.4 Ação de Divisão.....	175
7.4.1 Petição Inicial	177
7.4.2 Contestação.....	177
7.4.3 Medição do imóvel e operações de divisão	178
7.4.4 Auto de divisão e sentença homologatória da divisão.....	181

Capítulo 8

AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE	183
8.1 Considerações Iniciais	183
8.2 Hipóteses de dissolução parcial de sociedade	183
8.3 Legitimidade Ativa na ação de dissolução parcial de sociedade	187
8.4 Legitimidade Passiva na ação de dissolução parcial de sociedade	188
8.5 Procedimento	189

8.5.1 Petição Inicial e Contestação	189
8.5.2 Apuração de Haveres.....	190
8.5.3 Pedido de indenização	194
8.5.4 Data da resolução da sociedade	194

Capítulo 9

INVENTÁRIO, ARROLAMENTO E PARTILHA.....	197
9.1 Considerações Iniciais	197
9.2 Inventário e Administração da Herança	199
9.2.1 Introdução.....	199
9.2.2 Inventário Comum.....	199
9.2.3 Inventário Negativo	200
9.2.4 Inventário Cumulativo.....	200
9.2.5 Legitimidade para Requerer o Inventário	201
9.2.6 Nomeação do Inventariante e Ordem de Preferência	202
9.2.7 Termo de Compromisso	204
9.2.8 Atribuições do Inventariante	204
9.2.9 Primeiras Declarações	205
9.2.10 Sonegação de Bens	206
9.2.11 Remoção do Inventariante	207
9.2.12 Destituição do Inventariante.....	209
9.2.13 Citações e Impugnações	209
9.2.14 Avaliação e Cálculo do Imposto.....	211
9.2.15 Inventário Extrajudicial	214
9.3 Arrolamento.....	219
9.3.1 Arrolamento Sumário	219
9.3.2 Arrolamento Simples.....	220

9.3.3	Aplicação do rito de arrolamento simples para o caso de herdeiro incapaz.....	221
9.3.4	Alvará Judicial.....	221
9.4	Sonegados.....	222
9.4.1	Introdução.....	222
9.4.2	Ação de Sonegados.....	223
9.5	Colaço.....	226
9.5.1	Considerações Iniciais.....	226
9.5.2	Sistemas de Colaço.....	231
9.5.3	Valor da colaço dos bens doados.....	231
9.5.3.1	<i>Conceito</i>	231
9.5.3.2	<i>Correção monetária</i>	232
9.5.3.3	<i>Doação-Partilha</i>	234
9.5.3.4	<i>Dispensa da Colaço</i>	235
9.5.3.5	<i>Doação Inoficiosa e sujeitas à redução</i>	236
9.5.3.6	<i>Renúncia ou exclusão da herança</i>	239
9.5.3.7	<i>Representação do herdeiro donatário</i>	240
9.5.3.8	<i>Gastos Ordinários</i>	240
9.5.3.9	<i>Doações Remuneratórias</i>	241
9.5.3.10	<i>Doação por Ambos os Cônjuges</i>	242
9.5.3.11	<i>Colaço e Comodato</i>	242
9.5.3.12	<i>Impugnação à Colaço</i>	243
9.6	Partilha.....	244
9.6.1	Conceito.....	244
9.6.2	Espécies de Partilha.....	247
9.6.3	Partilha Extrajudicial.....	247

9.6.4 Partilha amigável com homologação.....	248
9.6.5 Partilha Judicial	249
9.6.6 Bens insuscetíveis de divisão cômoda.....	249
9.6.7 Partilha-testamento e Partilha-doação	250
9.6.8 Frutos	251
9.6.9 Bens remotos	252
9.6.10 Sobrepartilha.....	252
9.6.11 Formal de Partilha	254
9.6.11.1 <i>O esboço de partilha feito pelo partidor Judicial</i>	254
9.6.12 Impugnação ao esboço de partilha.....	254
9.6.13 Requisitos da Partilha	254
9.6.14 Sentença homologatória da partilha	255
9.6.15 Efetivação da Sentença.....	255
9.6.16 Correção dos vícios da partilha transitada em julgada ..	256
9.7 Garantia dos Quinhões Hereditários.....	256
9.7.1 Considerações Iniciais	256
9.7.2 Evicção dos bens herdados	256
9.7.2.1 <i>Evicção</i>	256
9.7.2.2 <i>Excludentes da responsabilidade</i>	258
9.7.2.3 <i>Indenização dos co-herdeiros.....</i>	258
9.8 Anulação da Partilha.....	258
9.9 Pagamento das Dívidas.....	259
9.9.1 Considerações Iniciais	259
9.9.2 Requerimento dos Credores.....	260
9.9.3 Despesas Funerárias	262
9.9.4 Ação Regressiva	264

9.9.5 Exigência de Legatários e credores	265
9.9.6 Herdeiro devedor	265

Capítulo 10

DOS EMBARGOS DE TERCEIRO	267
10.1 Introdução.....	267
10.2 Cabimento.....	269
10.3 Prazo	272
10.4 Competência	274
10.5 Ajuizamento dos embargos e citação do embargado.....	274
10.6 Suspensão das medidas constritivas e a manutenção ou reintegração do embargante na posse do bem	275
10.7 Contestação e Procedimento Comum.....	275
10.8 Acolhimento dos embargos de terceiros.....	275
10.9 Valor da Causa.....	275
10.10 Nulidade de negócio jurídico simulado no julgamento dos embargos de terceiros	276
10.11 Honorários Sucumbenciais e Princípio da causalidade	276

Capítulo 11

DA OPOSIÇÃO.....	279
11.1 Introdução.....	279
11.2 Procedimento	280
11.3 Oposição e embargos de terceiro.....	281
11.4 Fluxograma.....	282

Capítulo 12

DA HABILITAÇÃO.....	285
12.1 Considerações Iniciais	285
12.2 Legitimidade.....	286

12.3 Procedimento	286
Capítulo 13	
AÇÕES DE FAMÍLIA	289
13.1 Introdução	289
13.2 Mediação e Conciliação.....	289
13.3 Ministério Público	290
13.4 Alienação Parental.....	290
Capítulo 14	
AÇÃO DE ALIMENTOS	297
14.1 Alimentos	297
14.1.1 Conceito.....	297
14.1.2 Fundamentos.....	297
14.1.3 Finalidade	299
14.1.4 Trinômio: Possibilidade, Necessidade e Proporcionalidade	299
14.1.5 Legitimidade do Ministério Público	301
14.2 Classificação.....	301
14.3 Características dos Alimentos	306
14.3.1 Direito Personalíssimo.....	306
14.3.2 Reciprocidade.....	307
14.3.3 Proximidade.....	308
14.3.4 Irrenunciabilidade.....	310
14.3.5 Transmissibilidade da obrigação	314
14.3.5.1 <i>Limites à transmissibilidade dos alimentos</i>	316
14.3.6 Imprescritibilidade.....	319
14.3.7 Irreptibilidade	320

14.3.8 Incredibilidade	323
14.3.9 Impenhorabilidade	323
14.3.10 Incompensabilidade	323
14.3.11 Não Solidariedade (artigo 265, CC) da obrigação alimentar	324
14.3.12 Caráter Excepcional.....	327
14.3.13 Transmissibilidade da obrigação alimentar	329
14.3.14 Dívida portable	330
14.4 Classificação dos Alimentos.....	331
14.5 Ação de Alimentos	334
14.5.1 Considerações Preliminares.....	334
14.5.2 Honorários Advocatícios	339
14.5.3 Diferença de valor ou percentual entre filhos.....	340

Capítulo 15

AÇÃO MONITÓRIA	343
15.1 Considerações Iniciais	343
15.2 Legitimidade.....	344
15.3 Prova escrita da obrigação	346
15.4 Competência	350
15.5 Procedimento	350
15.6 Mandado de Pagamento e atitudes do réu	351
15.7 Embargos à ação monitoria	353
15.8 Ação monitoria. Cobrança. Dívida de jogo. Cassino norte-americano	355

Capítulo 16

HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL	357
--	------------

16.1 Penhor Legal.....	357
16.2 Procedimento	359
Capítulo 17	
REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA.....	361
17.1 Introdução.....	361
17.2 Procedimento	362
Capítulo 18	
RESTAURAÇÃO DE AUTOS.....	365
18.1 Introdução.....	365
18.2 Legitimados	366
18.3 Procedimento	368
18.4 Julgamento.....	369
18.5 Desaparecimento dos Autos no Tribunal.....	370
18.6 Custas e honorários.....	370

PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

Capítulo 19	
PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA.....	373
19.1 Disposições Gerais	373
Capítulo 20	
PROTESTO, NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO	375
20.1 Introdução.....	375
20.2 Cabimento.....	377
20.3 Procedimento	378

Capítulo 21

ALIENAÇÃO JUDICIAL.....	379
21.1 Introdução.....	379
21.2 Alienação judicial do bem. Intimação. Defensoria Pública..	383
21.3 Penhora. Bem imóvel indivisível em regime de copropriedade. Alienação judicial do bem por inteiro.....	386
21.4 Alienação judicial eletrônica	387
21.5 Alienação judicial de bem objeto de compromisso de compra e venda.....	388

Capítulo 22

DIVÓRCIO E DA SEPARAÇÃO CONSENSUAIS, DA EXTINÇÃO CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL E DA ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS DO MATRIMÔNIO.....	389
22.1 Considerações Iniciais	389
22.2 Dissolução da sociedade conjugal	389
22.3 União Estável.....	392
22.4 Procedimento da homologação do divórcio ou da separação consensuais	395
22.5 Procedimento da alteração do regime de bens do casamento	404

Capítulo 23

TESTAMENTOS E CODICILOS	413
23.1 Considerações Iniciais	413
23.2 Testamento Público	414
23.3 Testamento Cerrado.....	416
23.4 Testamento Particular	417
23.5 Codicilo	418

Capítulo 24

HERANÇA JACENTE.....	421
24.1 Introdução.....	421
24.2 Procedimentos	423
24.2.1 Juízo competente	423
24.2.2 Legitimidade.....	423
24.2.3 Arrecadação dos bens	424
24.2.4 Chamamento dos Sucessores do Falecido	426
24.2.5 Conversão da Arrecadação em Inventário.....	426
24.2.6 Habilitação dos Credores.....	427
24.2.7 Alienação dos Bens Arrecadados	427
24.2.8 Declaração de Vacância.....	427
24.3 Adjudicação provisória pelo Estado	428
24.4 Segunda Hipótese de Jacência da Herança.....	428

Capítulo 25

BENS DOS AUSENTES	429
25.1 Considerações Iniciais	429
25.2 Curadoria dos Bens do Ausente.....	429
25.3 Da Sucessão Provisória	431
25.3.1 Dos interessados na abertura da Sucessão Provisória....	431
25.4 Da prestação de garantias pelos herdeiros.....	432
25.5 Da Sucessão Definitiva.....	434
25.6 Do Retorno do Ausente	434
25.7 O Registro Civil das Sentenças Declaratórias de Ausência..	434
25.8 Dissolução da Sociedade Conjugal.....	435

Capítulo 26

COISAS VAGAS	437
26.1 Descoberta	437
26.2 Procedimento	438
26.3 Direito de recompensa	439
26.4 Responsabilidade civil do descobridor	439

Capítulo 27

INTERDIÇÃO	441
27.1 Considerações Iniciais	441
27.2 Legitimados	441
27.3 Procedimentos	442
27.4 Prova pericial.....	447
27.5 Sentença Judicial	447
27.6 Levantamento da curatela.....	448
27.7 A Morte do Interditando e a Ação de Prestação de Contas ajuizada por ele.....	450

Capítulo 28

TUTELA E CURATELA.....	453
28.1 Tutela.....	453
28.2 Curatela.....	455
28.3 Procedimentos para a tutela e curatela	456

Capítulo 29

ORGANIZAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES.....	459
29.1 Introdução.....	459
29.2 Constituição das fundações	459
29.3 Elaboração do estatuto.....	461

29.4 Organização e fiscalização das fundações. Ministério Público	461
29.5 Alteração do estatuto	462
29.6 Extinção das fundações	462

Capítulo 30

RATIFICAÇÃO DOS PROTESTOS MARÍTIMOS E DOS PROCESSOS TESTEMUNHÁVEIS FORMADOS A BORDO

30.1 Protestos e Processos testemunháveis formados a bordo	465
30.2 Procedimento	465

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA LEI DE LOCAÇÃO

Capítulo 31

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE PROCEDIMENTOS NA LEI DE LOCAÇÃO

.....	469
31.1 Disposições Gerais sobre Procedimentos	469
31.2 Férias Forenses	469
31.3 Competência do Foro.....	470
31.4 Valor da Causa.....	470
31.5 Citação, Intimação ou Notificação	470
31.6 Recursos. Efeito Devolutivo.....	470

Capítulo 32

AÇÃO DE DESPEJO

32.1 Ação de Despejo	473
32.2 Despejo. Liminar	473

32.3 Descumprimento de Acordo.....	474
32.4 Contrato de Trabalho.....	474
32.5 Locação para Temporada.....	474
32.6 Falecimento do Locatário.....	475
32.7 Permanência do Sublocatário no Imóvel.....	475
32.8 Reparações Urgentes no Imóvel.....	475
32.9 Sem Nova Garantia Locatícia.....	475
32.10 Término da Locação Não-Residencial.....	476
32.11 Falta de Pagamento e Contrato sem Garantia.....	477
32.12 Ciência do Despejo.....	479
32.13 Prova da Propriedade do Imóvel ou de Compromisso Registrado.....	479
32.14 Concordância com a Desocupação do Imóvel.....	480
32.15 Ação de Despejo por Falta de Pagamento.....	480
32.16 Despejo. Cobrança também contra o Fiador.....	481
32.17 Despejo. Purga da Mora.....	481
32.18 Despejo. Purga da Mora. Oferta não Integral.....	483
32.19 Despejo. Complemento do Depósito não é Integral.....	483
32.20 Depósito Judicial dos Aluguéis.....	483
32.21 Despejo. Execução.....	484
32.22 Impossibilidade de Purgação da Mora.....	484
32.23 Despejo julgado Procedente. Mandado de Despejo.....	484
32.24 Despejo. Execução Provisória.....	486
32.25 Despejo. Findo o prazo de Desocupação, sem êxito.....	487
32.26 Imóvel Abandonado.....	487

Capítulo 33

AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO DE ALUGUEL E ACESSÓRIOS DA LOCAÇÃO

.....	489
33.1 Ação de Consignação em Pagamento.....	489
33.2 Ação de Consignação de Aluguel e Acessórios da Locação	491
33.3 Petição Inicial	491
33.4 Citação do Réu e Depósito Judicial	492
33.5 Depósitos após a sentença de Primeira Instância	493
33.6 Revelia ou Levantamento dos Depósitos.....	493
33.7 Resposta do Réu. Contestação do Locador	493
33.8 Reconvenção.....	496
33.9 Complementação do Depósito Inicial.....	497
33.10 Reconvenção. Cumulação de Pedidos	497

Capítulo 34

AÇÃO REVISIONAL DE ALUGUEL..... 499

34.1 Ação Revisional de Aluguel. Finalidade	499
34.2 Ação Revisional. Rito.....	499
34.3 Ação Revisional. Petição Inicial.....	499
34.4 Ação Revisional. Audiência de Conciliação	491
34.5 Ação Revisional. Revisão do Aluguel Provisório	501
34.6 Ação Revisional. Contestação e Conciliação	501
34.7 Ação Revisional. Na pendência de prazo para Desocupação do Imóvel.....	502
34.8 Ação Revisional. Reajuste do Aluguel Provisório	503
34.9 Aluguel devido desde a citação	503
34.10 Periodicidade do Reajuste e Índice.....	503

34.11 Execução das Diferenças de Aluguel	504
34.12 Ação Revisional de Aluguel. Acordo. Desocupação.....	504

Capítulo 35

AÇÃO RENOVATÓRIA.....	505
35.1 Ação Renovatória. Considerações Iniciais	505
35.2 Ação Renovatória. Petição Inicial	507
35.3 Ação Renovatória. Contestação.....	509
35.4 Execução das Diferenças dos Aluguéis Vencidos	511
35.5 Desocupação do Imóvel não renovada a Locação	511
35.6 Indenização ao Locatário em razão da não prorrogação da locação.....	512
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	513
REFERÊNCIAS.....	517